

# **As eleições de 1947 em São Paulo: democracia e competição partidária<sup>1</sup>**

*Rodney da Silva Amador<sup>2</sup>*

## **Introdução**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar aspectos da política paulista no começo da Terceira República brasileira (1946-1964), principalmente as primeiras eleições amplamente consideradas democráticas no estado, no ano de 1947. A razão da definição do recorte parte de sua peculiaridade: neste ano, ocorreram eleições tanto no âmbito estadual quanto no municipal, com poucos meses de diferença - primeiro em janeiro e depois em novembro de 1947. A diferença de alguns meses pode parecer pouca, principalmente porque não houve, como costumava acontecer antes de outras eleições do período, um aumento expressivo do eleitorado nas cidades paulistas, porém o resultado é bastante singular. Como será mostrado ao longo do trabalho, a eleição de novembro expressa a consolidação do governador eleito no começo do ano e de seu partido, isto é, Adhemar de Barros e o PSP. Se antes este figurava como uma força menor, à sobra de outros partidos como o PSD, UDN e o partido comunista, sendo derrotado na maior parte das cidades e ganhando a eleição somente devido a votação na capital e outros centros urbanos, como Santos, Adhemar expande seu eleitorado para o interior do estado, tornando-se hegemônico.

Desta forma, mesmo num ambiente competitivo, as primeiras eleições paulistas colocam em destaque argumentos levantados por Victor Nunes Leal em seu clássico “Coronelismo, enxada e voto” (LEAL, 2012), sobre a adesão dos poderes municipais a esfera estadual, algo que também será analisado, de forma bastante exploratória, nas próximas páginas. Não se quer aqui esgotar o tema, já que o escopo do trabalho é bastante

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado, inicialmente, como trabalho de conclusão da disciplina “Análise de dados para as ciências sociais”, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo e ministrada pelo Prof. Dr. Jonathan Phillips, a quem agradeço os comentários e críticas. Os erros e equívocos que continuaram no texto final são de responsabilidade do autor.

<sup>2</sup> Aluno do mestrado do programa de Pós-graduação em Ciência Política na Universidade de São Paulo.

limitado, mas sim contribuir para o debate sobre a história e as instituições políticas brasileiras.

Desta forma, este trabalho está dividido em três partes, além desta breve introdução. No primeiro ponto, juntamente com uma breve contextualização sobre a situação política do período e algumas especificidades do caso paulista, serão analisados os resultados das eleições para o governo do Estado, em janeiro de 1947, com foco para as vitórias de cada candidato nas cidades paulistas. Nisso, duas coisas são importantes, a eleição é majoritária e a circunscrição é o próprio estado - isto é, não se trata de uma eleição distrital, onde o maior número de vitórias em circunscrições importam. No entanto, a localização e concentração dos votos parece ser relevante quando colocada em perspectiva a eleição posterior, também analisada nesta parte, para as prefeituras paulistas no mês de novembro.

Num segundo momento, serão analisadas as eleições para as câmaras de vereadores das cidades, que oferecem um quadro importante para a compreensão das disputas políticas locais. Por fim, será feita uma breve conclusão que será focada mais em perspectivas de continuidade de pesquisa, bem como a relação com o debate mais amplo a respeito do começo da democracia no Brasil.

### **A Terceira República e as eleições para o poder executivo paulista**

As eleições de 1945 têm sido vistas, cada vez mais, como um marco importante para a história da democracia no Brasil: pela primeira vez, são amplamente consideradas competitivas a nível nacional (LIMONGI, 2012 e 2015; LAVAREDA, 1991; FERREIRA e GOMES, 2018). Eleições não eram novidade no país, porém como os analistas e os próprios resultados eleitorais do período demonstram (PORTO, 2002), estas eram marcadas por um domínio quase absoluto de um mesmo grupo político, identificado por Victor Nunes Leal como “o governo” ou “a situação”. Como não havia um sistema partidário nacional, os partidos republicanos (organizados em cada um dos estados da federação) chegavam a um candidato de consenso virtualmente imbatível, obtendo resultados superiores a 95% dos votos válidos. Não havia espaço para uma oposição competitiva.

O sistema é descrito no clássico “Coronelismo, enxada e votos”, de Leal, lançado originalmente em 1949: senhores de terra do interior do Brasil, “donos” de um contingente de eleitores, oferecem seu apoio ao governo estadual que, uma vez eleito, empodera estes líderes com recursos e cargos. Nas palavras do autor, “Por isso mesmo, o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.” (LEAL, 2012, p. 23). Este trecho é particularmente importante por mostrar uma faceta do coronelismo nem sempre destacada: os coronéis senhores de terra já não têm um poder absoluto sobre a municipalidade, é imprescindível o apoio do Estado, tanto na forma de recursos como na própria chancela do poder local do coronel. Como destaca Leal adiante:

“É sabido que os serviços públicos do interior são deficientíssimos porque as municipalidades não dispõem de recursos para muitas de suas necessidades. Sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica. Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna. Os próprios fazendeiros, que carecem de estradas para escoamento de seus produtos e de assistência médica, ao menos rudimentar, para seus empregados, acabariam por lhe recusar apoio eleitoral. E o Estado — que, por sua vez, dispõe de poucos recursos, insuficientes para os serviços que lhe incumbem — tem de dosar cuidadosamente esses favores de utilidade pública.” (LEAL, 2012, p. 34).

Este cenário de apoio mútuo é completo no apoio dos governos estaduais ao governo federal, como destaca Gláucio Soares em seu trabalho (1973). Para resumir numa única frase, atribuída ao presidente Campos Salles - que é tido como o inventor deste sistema após os tumultuados governos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Prudente de Moraes - “governar os estados é governar o Brasil”. No período que vai de 1889 a 1930, somente em três ocasiões o poder federal foi em alguma medida disputado, ainda que com a vitória da situação: em 1910, na eleição que elegeu Hermes da Fonseca contra Rui Barbosa; em 1922, na qual ganhou Artur Bernardes contra Nilo Peçanha; e por fim, a derradeira eleição de 1930 na qual Júlio Prestes venceu Getúlio Vargas, porém não chegou a assumir.

A situação, no entanto, não é a mesma de 1945 adiante. O próprio Leal reconhece isso: “[...] ainda é cedo para tirar qualquer conclusão mais positiva sobre o fenômeno apontado, porque as eleições de 1945 e 1947 apresentaram certas peculiaridades, que lançaram perturbação na tradicional alternativa eleitoral do Brasil: governo e

oposição.” (LEAL, 2012, p. 31). Esta mudança, como sugere Fernando Limongi (2012) é o surgimento da competição política. Desde os anos 1990, como mostra o livro de Antonio Lavareda (1991) “A democracia nas urnas”, o período que vai da Constituição de 1946 ao golpe de 1964, inaugurado com as eleições de 1945 - aqui referido como a Terceira República - tem sido revisitado com um novo olhar: não mais como um interregno entre dois momentos autoritários, o Estado Novo e a ditadura militar - e guardando com eles estreitas ligações (SOUZA, 1976) - mas sim como um período efetivamente democrático. Há uma ruptura em 1945; eleições passam a ser competitivas. “Há uma mudança na natureza do processo eleitoral; o governo perde o controle que sempre tivera sobre o processo eleitoral” (LIMONGI, 2012, p. 37).

Quatro partidos concorreram em 1945, organizados a nível nacional - como a legislação pedia - e com votos em todos os estados da federação. Dois deles efetivamente disputaram a eleição, marcada por uma imprevisibilidade até então não verificada anteriormente (LIMONGI, 2012). Eurico Gaspar Dutra do PSD, derrotou Eduardo Gomes da UDN no pleito com a maior participação de eleitores já registrada, o dobro da eleição mais participativa até então, em 1930 (LIMONGI, 2015).

A situação política, portanto, havia mudado consideravelmente, porém a competição só se consolidaria ao longo dos anos, até ser novamente interrompida em 1964. E esta consolidação não aconteceria sem contradições. No artigo “Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil Pós-Estado Novo”, Fernando Limongi analisa uma das práticas eleitorais mais longevas do Brasil: o “fazer eleitores”. Em 1945, não se pode dizer que a relação entre os chefes locais partidários e os eleitores, principalmente dos interiores do Brasil, tivesse se modificado consideravelmente. Na verdade, o controle do eleitorado ainda pode ser aferido tanto no que diz respeito à dúbia legislação de registro eleitoral do período - que permitia a terceiros o alistamento dos eleitores, o chamado *ex-officio* – quanto nas análises contemporâneas às eleições. Eleitores continuavam sendo levados às urnas por líderes locais às expensas das prefeituras; políticos e partidos faziam o controle de seus votos por meio das cédulas partidárias, distribuídas no dia da eleição. Orlando de Carvalho chega a descrever a prática de “aquartelamento” de

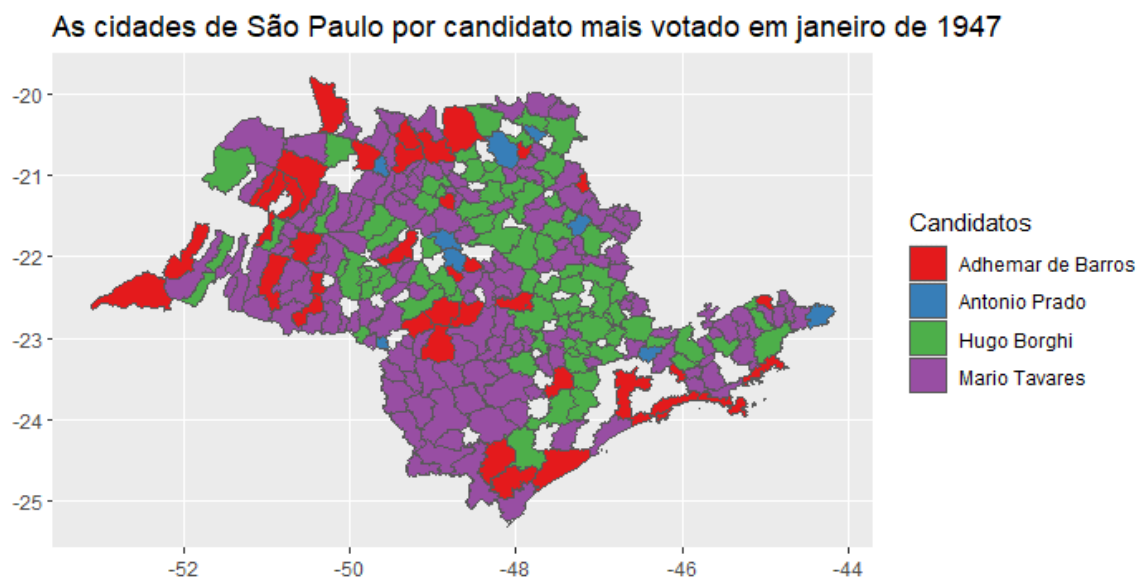
eleitores por cabos eleitorais em galpões para que estes não fugissem ou encontrassem partidários rivais (CARVALHO, 1956, p. 30)

É neste cenário contraditório, no qual a democracia se desenvolve ainda envolvida em práticas do período anterior, não competitivo e não democrático, que ocorrem as eleições aqui analisadas no estado de São Paulo. Em 1947, concorreram ao cargo de governador Mario Tavares, pelo PSD; Antônio Prado pela UDN; Hugo Borghi pelo PTN e Adhemar de Barros pelo PSP. Os primeiros vinham dos três maiores partidos do período - PSD, UDN e PTB (Hugo Borghi só concorreu pelo pequeno PTN devido a um problema judicial às vésperas da eleição). Adhemar de Barros, por sua vez, mesmo sendo um político conhecido do eleitorado paulista por ter sido interventor do Estado Novo entre 1938 e 1939, havia acabado de fundar o PSP, partido que só teria expressividade no estado de São Paulo ao longo de toda a experiência democrática (SAMPAIO, 1982).

Levando em consideração as práticas eleitorais de então, o “fazer eleitores”, o PSP não contaria com a mesma força de PSD e UDN, já presentes e organizados em todos os municípios paulistas. Soma-se a isso o fato de que, nacionalmente, desde o pleito de 1945 no qual concorreram, os dois grandes partidos do período chegaram a um entendimento com vistas a garantir a governabilidade e a sucessão de Dutra em 1950 (BENEVIDES, 1981). Em quase todos os estados, chegaram a um candidato de consenso que sairia vitorioso (LIMONGI, 2015). Porém, em Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo, PSD e UDN concorreram entre si e apenas em São Paulo ambos foram derrotados por um terceiro partido. Levando isso em consideração, passamos à análise dos dados eleitorais, buscando compreender melhor a situação do estado neste período.

O Mapa 1 abaixo apresenta a distribuição das vitórias dos candidatos a governador no pleito de 1947. Novamente, é preciso levar em consideração que a eleição é majoritária e circunscrita ao estado, isto é, quem tiver mais votos vence, independentemente destes votos estarem concentrados ou não em alguma região. No entanto, como posteriormente serão analisadas as vitórias a nível municipal, nas prefeituras, a distribuição espacial dos votos e das vitórias torna-se relevante. Ganhar em um município significa que um partido ou candidato tinha organização suficiente para pelo menos fazer

chegar aos eleitores suas cédulas. Manter esta organização funcionando seria o primeiro passo para, no futuro, vencer as eleições a nível municipal.



Fonte: Boletins Eleitorais do TRE paulista, disponíveis no Centro de Memória Eleitoral. Elaboração própria.

Como a legenda informa, as cidades pintadas em vermelho são os locais onde Adhemar de Barros venceu (isto é, teve mais votos que os outros concorrentes) em janeiro de 1947. Comparado aos outros candidatos, é possível verificar que Adhemar tem votos em todas as regiões do estado, no entanto, não há nenhuma região que seja massivamente adhemarista. Enquanto Mario Tavares e Hugo Borghi, por exemplo, apresentam votos muito mais concentrados em regiões (Sul e sudoeste do estado e a microrregião de Campinas, respectivamente).

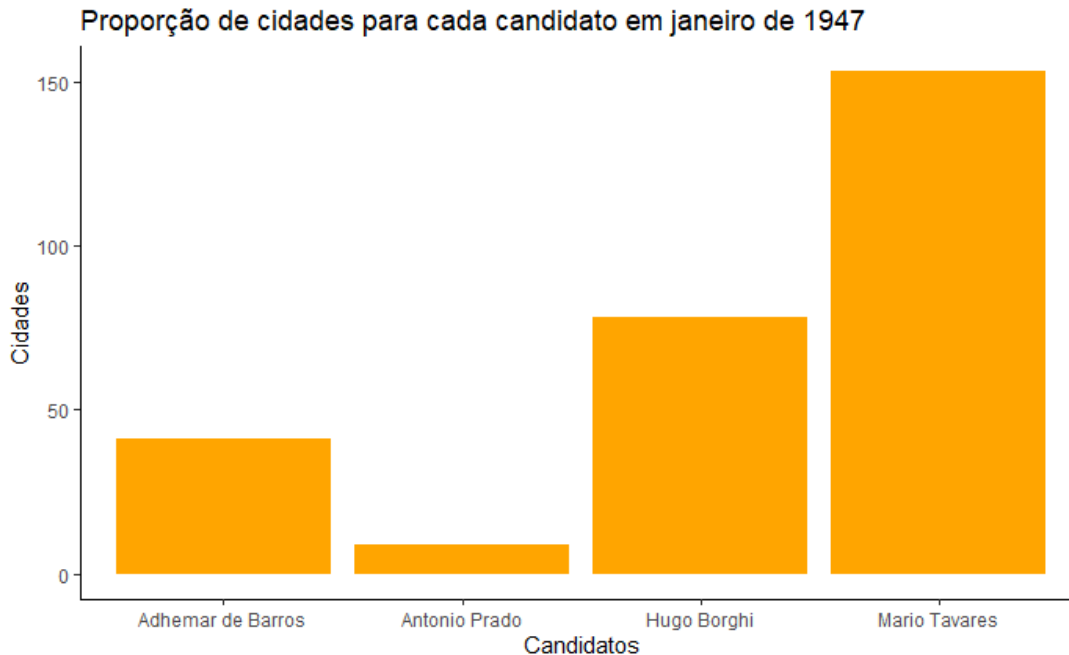
Num exercício hipotético, fosse a eleição do estado num formato distrital, talvez o resultado tivesse sido bastante diferente. Como mostra a Tabela 1 abaixo, a maioria dos votos de Adhemar não se refletiu no controle eleitoral do interior do estado. Como analisado em outro trabalho (AMADOR, 2020) a vitória do PSP se deveu principalmente aos votos da Capital e da cidade de Santos, os dois maiores colégios eleitorais do estado, como resultado principal do acordo com o partido comunista e de incipientes práticas de

campanha e propaganda política. Dado que não teria os mesmos recursos para “fazer eleitores”, Adhemar de Barros lançou mão de estratégias de persuasão eleitoral, para além de apenas a sua mobilização.

Resultados gerais das eleições de 1947 para governador

<b>Candidatos</b>	<b>Resultado</b>
Adhemar de Barros	393637
Antonio Prado	93169
Hugo Borghi	340502
Mario Tavares	289575
<b>Total Eleição</b>	<b>1116883</b>

No Gráfico 1, apresentado abaixo, fica visível a diferença entre o desempenho dos candidatos de janeiro de 1947 no que diz respeito a vitória nos municípios. Adhemar é o terceiro colocado, com relação aos outros, a parte o desempenho ruim da UDN neste aspecto. No entanto, como foi evidenciado anteriormente, o que ganha são os votos, não importa onde eles estejam. Apesar de não conseguir vencer em muitas cidades, a força da UDN já estava dada em 1945, na qual Eduardo Gomes figurou como o segundo colocado em todo o estado (ficando em terceiro apenas na Capital, atrás de Dutra e do candidato comunista Yeddo Fiúza). Como argumenta John French (FRENCH, 1987), os votos de PSD e UDN são o oposto do PSP e PTN: os primeiros concentrados no interior e nas cidades menos populosas, os outros na capital e em cidades mais populosas.



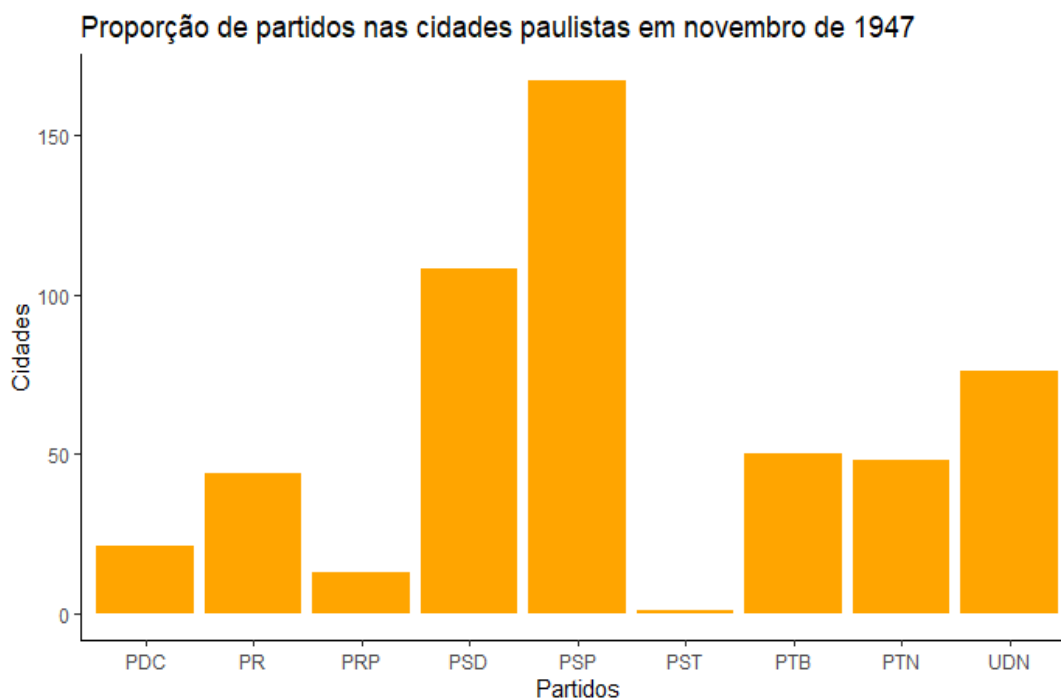
Fonte: Boletins Eleitorais do TRE paulista, disponíveis no Centro de Memória Eleitoral. Elaboração própria.

No entanto, levando em consideração as práticas eleitorais do período, o domínio nos grandes centros urbanos poderia ser uma vitória de Pirro: (SOARES, 1973; SOUZA, 1976) consideradas um ambiente mais competitivo, as práticas de controle do eleitorado - alistamento feito pelo partido, distribuição de cédulas etc. - seriam mais caras e menos eficazes. Como já mostrava Victor Nunes Leal, as relações pessoais entre o líder político e o eleitor figurava como um fator importante, facilitado no interior, mais rural e mais agrário. Na verdade, como indicam relatórios do IBGE, censos anteriores aos dos anos 1960 acabaram por exagerar o tamanho das cidades. A situação da competição na cidade de São Paulo, portanto, seria a exceção, o ponto fora da curva, com relação ao resto do estado. Desta forma, faria sentido para Adhemar tentar expandir o seu eleitorado para o interior no curto prazo, não podendo ficar restrito a capital ou mesmo as cidades mais populosas.

Nisso, as “primeiras eleições constitucionais” para as prefeituras paulistas seria um momento decisivo para a consolidação do então governador e seu partido. Ocorridas dez meses depois, a eleição de novembro demonstra a nova correlação das forças políticas do estado. O Gráfico 2, apresentado abaixo, mostra os partidos vencedores nas prefeituras



paulistas, seja como a legenda única ou não. Isto é, se o partido aparece como vencedor, seja sozinho, seja coligado com outros partidos.

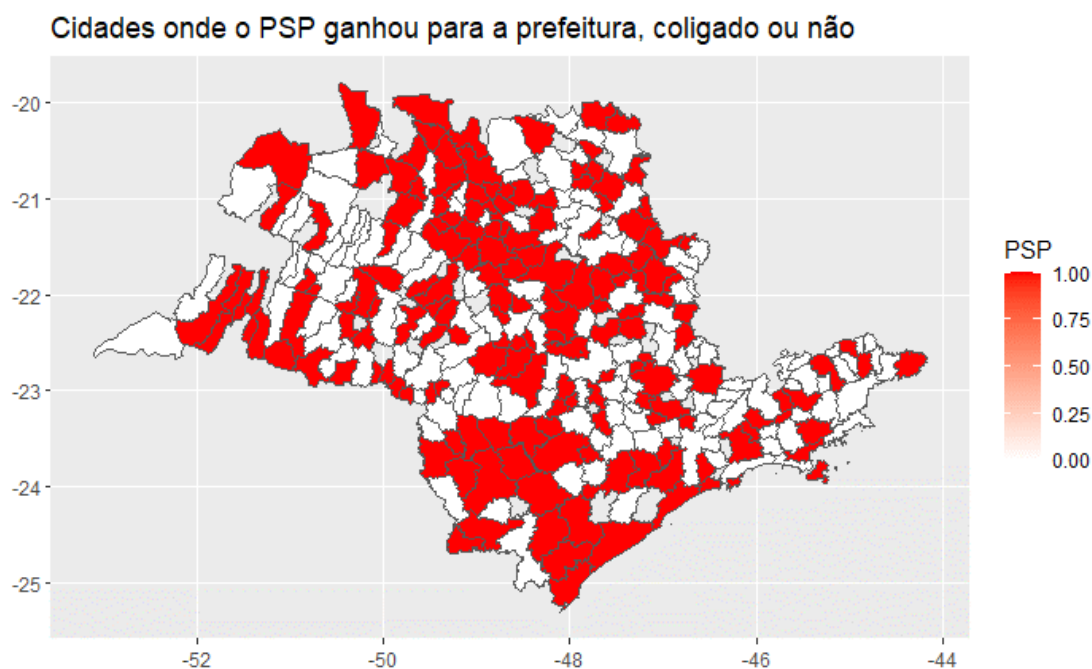


Fonte: Boletins Eleitorais do TRE paulista, disponíveis no Centro de Memória Eleitoral. Elaboração própria.

Como se pode ver, o PSP tornou-se o partido mais presente nas prefeituras paulistas. É importante destacar que os dados do Tribunal Regional Eleitoral aqui utilizados não apresentam a legenda derrotada, apenas o partido ou coligação que venceu as eleições municipais. Logo, é possível supor que o PSP estaria presente em mais municípios - o que será proposto mais a frente, quando serão analisadas as votações para as câmaras municipais. O segundo e o terceiro lugar ficam com os partidos que, em janeiro, tinham obtido mais votos nos interiores do estado: PSD e UDN, respectivamente.

Desta forma, começa a ficar claro o impacto que ocupar o governo poderia ter nas eleições locais: enquanto os outros partidos já *tinham seu eleitorado* - quase literalmente -, o PSP, enquanto um partido novo, não poderia ter alcançado o mesmo em pouco tempo sem lançar mão dos recursos e poderes da esfera estadual. O que se quer sugerir aqui, como um enquadramento teórico para pensar as eleições paulistas, é que a prática de adesão dos poderes locais ao poder estadual, comum na Primeira República

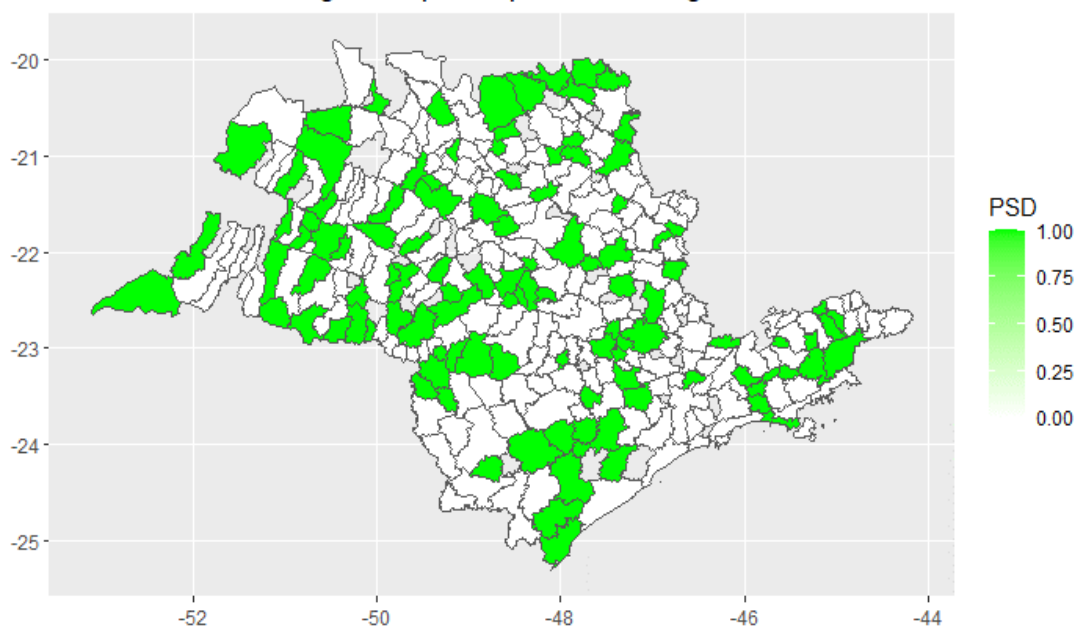
como evidenciada por Victor Nunes Leal, ainda estaria em vigor, ainda que num ambiente de competição política como o que está se estabelecendo em São Paulo e no Brasil.



Fonte: Boletins Eleitorais do TRE paulista, disponíveis no Centro de Memória Eleitoral. Elaboração própria.

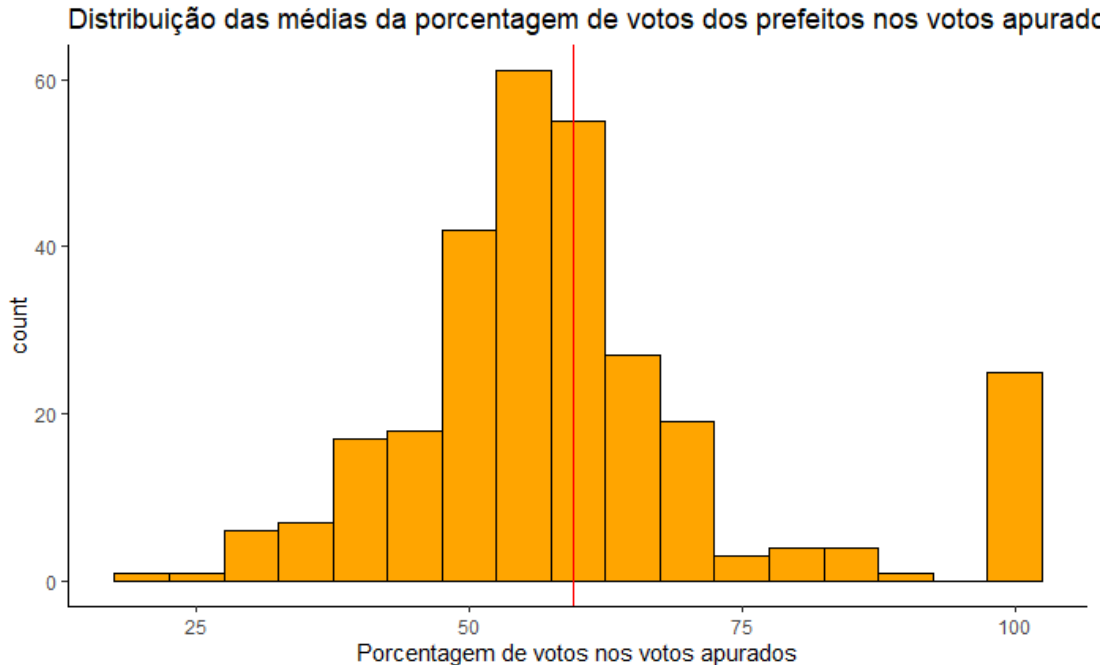
O mapa 2 acima, por sua vez, mostra a distribuição geográfica das prefeituras na qual o partido do governador, o PSP, se fez presente vencendo as eleições de 1947, seja sozinho, seja coligado. A situação varia bastante com relação às informações presentes no Mapa 1: o PSP domina algumas regiões do estado, e mostra-se presente mesmo onde antes Adhemar não havia vencido. Um destaque importante é a região sul do Estado, antes dominada pelo PSD, agora divide seu domínio. A título de comparação, o Mapa 3 abaixo apresenta as cidades onde o PSD venceu. Se tomarmos a mesma região, pode-se ver que em algumas cidades, PSD e PSP estão presentes; no entanto, os locais em branco apontam para a nova hegemonia da região, sob o comando do partido do governador.

### Cidades onde o PSD ganhou para a prefeitura, coligado ou não



Fonte: Boletins Eleitorais do TRE paulista, disponíveis no Centro de Memória Eleitoral. Elaboração própria.

Há uma nova correlação de forças no estado, que não pode deixar de lado o partido vitorioso nas eleições de janeiro de 1947 e que, aos poucos, vai se consolidando como a principal força política paulista do período. Porém, as eleições para as prefeituras mostram mais que apenas o crescimento do PSP. É possível explorar também aspectos da competição política a nível local. Como foi dito anteriormente, os documentos analisados não mostram a votação do candidato derrotado; no entanto, obtendo a votação do prefeito eleito, em relação a votação total, permite-se analisar em alguma medida o quão competitivo eram estas cidades. O gráfico abaixo apresenta um histograma com a distribuição das proporções das votações dos prefeitos em relação ao total dos votos válidos no município.



Fonte: Boletins Eleitorais do TRE paulista, disponíveis no Centro de Memória Eleitoral. Elaboração própria.

A maior parte dos prefeitos, como aponta a média, tiveram quase 60% dos votos válidos (mais especificamente 59.53), o que é uma medida bastante alta, revelando que, pelo menos para as prefeituras, a disputa não foi tão acirrada assim. Outra situação que chama a atenção é o fato de que pelo menos 24 cidades *não apresentaram competição alguma*, com o partido ou coligação vencedor obtendo a totalidade dos votos válidos. Em apenas uma destas, como mostra a tabela abaixo, o partido de Adhemar de Barros não está presente - a cidade de São Pedro do Turvo.

A grande maioria apresenta amplas coligações como vencedoras, o que pode indicar que houve um acordo entre as principais forças políticas das cidades em torno de um candidato de consenso. É ainda mais impressionante é que, em pelo menos seis, um único partido recebeu todos os votos válidos, o que sugere que as principais forças políticas da cidade se reuniram sob um mesmo partido.

*Cidades onde o prefeito obteve 100% dos votos*

Município	Candidato Eleito	Partido ou Coligação
Analandia	João Martins Parreira Jr.	PR_PSD_PSP_PTN_UDN
Conchas	Marcolino Rodrigues Moraes	PSP_PTB_UDN
Cosmópolis	João Guilherme Paz Hermann	PSP
Echapora	Riodante Fontana	PSD_PSP
Guaranta	Olavo do Prado Queiroz	PSD_PSP
Ibirarema	Luis Martins Ferreira	PR_PSD_PSP_PTN
Igarapava	Samuel Cabral	PR_PRP_PSD_PSP_PTN
Jambeiro	Antonio de Castro Leite	PDC_PSD_PSP
Monte Azul do Turvo	Julião Arroio	PR_PSD_PSP_UDN
Natividade da Serra	Joaquim José de Faria	PSP
Novo Horizonte	Oscar Albarelli Rangel	PR_PSD_PSP
Patrocínio do Sapucaí	José Eduardo de Andrade	PSD_PSP_UDN
Pirangi	Sebastião Antonio Carvalho	PSP
Presidente Alves	Fabio Lima Verde Guimarães	PSP_UDN
Registro	Sizenando de Carvalho	PSD_PSP_PTB_PTN
Sales Oliveira	Alceu Pereira Lima	PSD_PSP_PTN_UDN
Santo Antonio da Alegria	Benedito Naves dos Reis	PSP
Sao Pedro do Turvo	Sebastião Teixeira Coelho	PSD
Sarapuí	Leonidio de Souza Barros	PR_PSP
Tapiratiba	Osorio Macial de Faria	PR_PSP_PTB
Taquarituba	Antonio da Silva Rodrigues	PSD_PSP_UDN
Torrinha	Marcos Seber Filho	PSD_PSP_PTN_UDN
Ubirama	Geraldo Pereira de Barros	PSP
Vargem Grande do Sul	Francisco Ribeiro Carril	PSD_PSP

Por fim, a tabela abaixo apresenta a média de votos dos partidos no Estado, somando os votos em todas as cidades nas eleições para prefeito. Novamente, fica claro o domínio dos partidos que concorreram para o governo do estado em janeiro daquele ano, principalmente o partido do governador.

*Média de votos dos partidos para prefeituras no Estado*

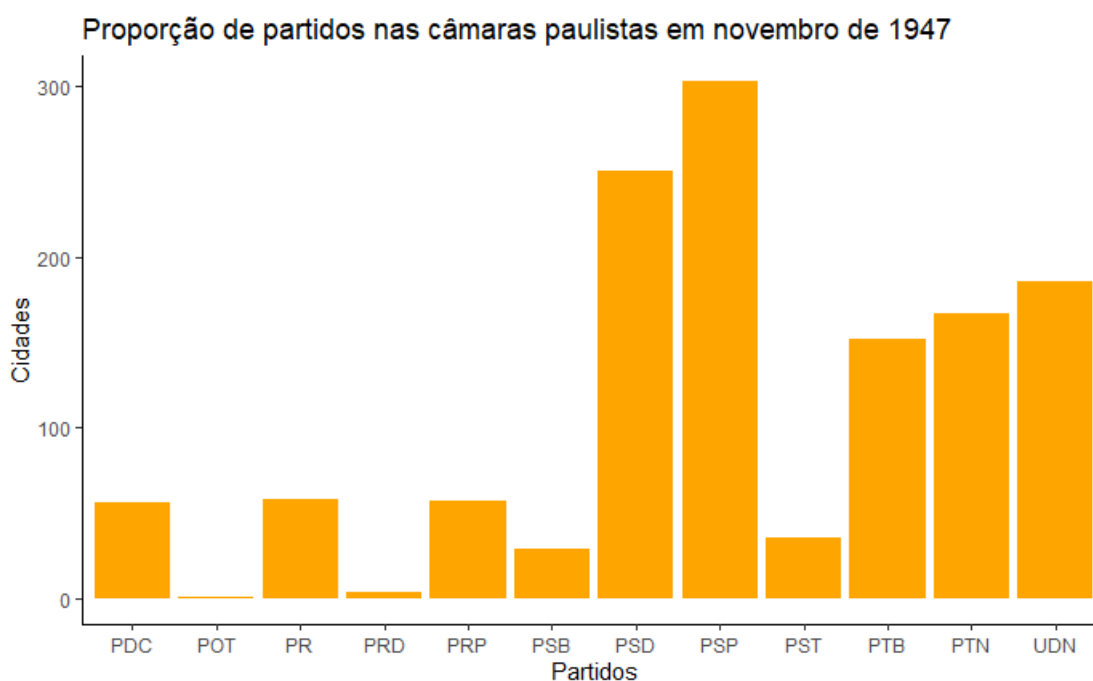
Partidos	Total de votos no Estado	Média
PDC	36089	68.350379
PR	66906	126.715909
PRP	36030	68.238636
PSD	137833	261.047348
PSP	230926	437.359848
PST	2487	4.710227
PTB	91901	174.054924
PTN	59199	112.119318
UDN	103644	196.295455

**As eleições para as câmaras municipais em 1947**

Os dados das eleições de novembro de 1947 também apresentam os resultados para as câmaras municipais paulistas, que acrescentam informações ao quatro até aqui definido. Para além disso, as câmaras possuem uma especificidade: diferentemente dos dados relativos às prefeituras, aqui todas as legendas constam no documento, de modo que é possível verificar tanto quem ganhou (isto é, obteve mais cadeiras) quanto quem perdeu. A primeira e mais visível diferença é que mais partidos concorrem e vencem cargos de vereador do que para prefeitos, o que é esperado considerando que se trata de um sistema proporcional e não majoritário. O gráfico abaixo apresenta esta diferença, com relação as prefeituras. Partidos menores como o PST aparecem em mais cidades e outros como o PSB, PRD e POT aparecem na lista com candidaturas para as câmaras. Os maiores partidos, no entanto, apresentam o mesmo padrão das prefeituras: em primeiro lugar figura o PSP, seguido de PSD, UDN e PTB, respectivamente. Isto é, mesmo nas eleições para câmara, mais competitivas do que as eleições para prefeito, o partido do governador aparece como o mais votado.

No entanto, os resultados são interessantes se se levar em consideração que a candidatura para vereador nas cidades exige pelo menos um diretório do partido organizado. Os grandes partidos do estado (alguns deles, grandes em todo o país), mas também partidos mais locais e de menor expressão conseguem lançar candidaturas e se

organizar por todo o estado. Aqui, novamente, o argumento de Victor Nunes Leal aparece de forma atualizada. Como mostra Fernando Limongi (2012) em sua análise do livro de Leal, as eleições a nível local na Primeira República eram bastante disputadas. Porém, por mais competitivas e “renhidas” que elas fossem, o resultado do embate municipal era sempre a adesão do vencedor a oficialidade, ao governo no estado, que mantinha o sistema coronelista funcionando. Este ponto será retornado na conclusão deste trabalho, mas os dados das câmaras indicam, como se vê, um ambiente competitivo.



Fonte: Boletins Eleitorais do TRE paulista, disponíveis no Centro de Memória Eleitoral. Elaboração própria.

Para aprofundar este argumento, serão separadas um tipo de cidade em particular que, de certa forma, permite pensar a competição local no contexto da Terceira República em São Paulo. Como dito anteriormente, dadas as práticas eleitorais do período, enfatizadas por Orlando de Carvalho (1956), o partido que detinha o comando da prefeitura, tinha a possibilidade de utilizar os recursos públicos para financiar o processo eleitoral, o que lhe dava uma enorme vantagem com relação aos adversários. Durante todo o Estado novo (1937 - 1945) e, no estado de São Paulo, até 1947, o chefe do poder executivo estadual reservava para si o poder de indicar e nomear os prefeitos municipais. As eleições de 1947, enfim, permitiriam a livre competição para as prefeituras; porém, os

dados do Tribunal Regional Eleitoral paulista, aqui utilizados, mostram que treze das cidades permaneceram, durante as eleições, com os prefeitos nomeados pelo governador: Águas da Prata, Amparo, Atibaia, Campos do Jordão, Guarulhos, Ibirá, Lindóia, Santa Bárbara do Rio Pardo, Santos, São José dos Campos, São Paulo, Serra Negra, Socorro. Chama a atenção o fato de que São Paulo e Santos, os dois maiores colégios eleitorais do estado, estivessem sob a influência do governador do estado, o que pode indicar a necessidade de restringir a competição nestes locais.

Apesar destes esforços, no entanto, estas cidades apresentam eleições para as câmaras municipais com diversos partidos e legendas, principalmente em Santos e São Paulo, como mostra a tabela abaixo:

*Votação dos partidos para as câmaras municipais em cidades com prefeitos nomeados*

Município	Partidos	Votos obtidos
Águas da Prata	PSD	244
Águas da Prata	PSP	304
Amparo	PSB	262
Amparo	PSP_PTB	1755
Amparo	PTN_PSD_UDN_PR_PDC_PRP	2558
Atibaia	PST	32
Atibaia	PSP_PSD	2476
Atibaia	UDN_PTN	1758
Campos do Jordao	PSD	362
Campos do Jordao	PSP	934
Campos do Jordao	PTB	232
Guarulhos	PRP	185
Guarulhos	PSP_PSD	1111
Guarulhos	PTB_UDN	651
Ibirá	PSD_PRP	434
Ibirá	PSP_PTN_UDN	482
Lindóia	PR	514
Lindóia	PSP_PTN	445
Santa Bárbara do Rio Pardo	PSP	512
Santa Bárbara do Rio Pardo	UDN_PSD_PTN	182
Santos	PDC	2200



Santos	PRP	322
Santos	PR	1486
Santos	PSD	5688
Santos	PSP	5836
Santos	PST	9610
Santos	PSB	2033
Santos	PTB	4069
Santos	PTN	1405
Santos	UDN	1858
São Jose dos Campos	PDC	1096
São Jose dos Campos	PSB	233
São Jose dos Campos	PTN	494
São Jose dos Campos	PSP_UDN_PTB_PR	3070
São Paulo	PDC	24898
São Paulo	POT	923
São Paulo	PR	23761
São Paulo	PSD	31406
São Paulo	PSP	66829
São Paulo	PST	72985
São Paulo	PSB	13409
São Paulo	PTB	29159
São Paulo	UDN	46625
São Paulo	PTN_PRD	20192
Serra Negra	PRP	201
Serra Negra	PSP_PDC_PTB_UDN	1169
Socorro	PDC	1237
Socorro	PSP	637
Socorro	PTN	246

Uma última informação relevante para pensarmos a situação dos partidos paulistas nas eleições para câmara, a fim de comparar com as eleições para as prefeituras, é média de votos dos partidos em todo o estado. Novamente, é necessário levar em consideração as limitações dos dados, mas o padrão é bem visível na tabela abaixo.

*Média de votos dos partidos para câmaras no Estado*

Partidos	Votos totais no Estado	Média
PDC	85923	162.732955
POT	923	1.748106
PR	72259	136.854167
PRD	22717	43.024621
PRP	59926	113.496212
PSB	23348	44.219697
PSD	291428	551.946970
PSP	404281	765.683712
PST	95453	180.782197
PTB	172912	327.484848
PTN	164942	312.390152
UDN	239594	453.776515

## **Conclusão**

O objetivo deste trabalho foi apresentar alguns aspectos do começo da competição política nas eleições paulistas, no alvorecer da Terceira República. Como foi dito, não se quer aqui esgotar o tema, mas sim levantar alguns pontos que merecem destaque em pesquisas futuras.

O argumento de Victor Nunes Leal, proposto em seu clássico “Coronelismo, Enxada e Voto” pode ser recolado e repensado inclusive na nova condição política brasileira inaugurada em 1945, isto é, o ambiente competitivo e democrático, no qual o governo pode ser derrotado. A partir das análises das eleições de 1947, é possível sugerir que a relação entre os municípios e o governo estadual ainda parece ser a de adesão. As forças políticas do interior, ao ver seus candidatos derrotados na eleição de janeiro, buscaram apoiar-se no novo governador e seu partido. Dado a forma como as eleições

aconteciam, não é de se supor que estes grupos tenham apenas sido derrotados e substituídos pelos partidários do PSP. Isso só seria possível se Adhemar de Barros tivesse “feito” novos eleitores no interior e substituído os líderes locais. No entanto, a exiguidade do tempo (menos de um ano) e a falta de um novo alistamento em massa, como ocorreu em 1945 e depois apenas em 1950, apontam para a direção da adesão e cooptação das lideranças locais por Adhemar de Barros e seu partido.

Após uma eleição bastante competitiva em janeiro, não é possível inferir que as eleições seguintes para o governo estadual teriam o mesmo grau de competitividade. Na verdade, Adhemar poderia retornar ao padrão anterior, o domínio do governo do estado sobre os poderes locais descrito por Leal. No entanto, o contexto é bastante diferente: há competição a nível nacional, e um estado importante como São Paulo, devido ao tamanho do seu eleitorado, não passaria sem disputa por outros partidos. Se antes o Partido Republicano Paulista controlava as eleições no estado a ponto de negociar com os outros partidos republicanos estaduais um candidato de consenso, o mesmo se tornaria mais difícil. Adhemar de Barros sentirá isso após 1950. Até então, como o próprio Leal comenta (apud. LIMONGI, 2012), ele podia garantir o apoio de São Paulo a um candidato - no caso Getúlio Vargas. Porém, durante a década de 1950, o estado veria o surgimento de outra força, um candidato capaz de disputar com Adhemar até a presidência da República: Jânio Quadros.

Um segundo ponto, também destacado dos argumentos de Victor Nunes Leal discutidos aqui, diz respeito à competição a nível local. Na verdade, tomada a história da República brasileira, apenas no período do Estado Novo o país não viu eleições *competitivas* para o comando das cidades. Se por um lado, o próprio Leal argumenta que as eleições locais eram muito competitivas sem que esta chegasse às esferas estadual e federal, por outro lado, durante a ditadura militar, mesmo com a legislação do bipartidarismo, existe competição. O livro “Os partidos e o regime” de Fábio Wanderley Reis (1978), por exemplo, apresenta esta competição, descrevendo cidades que se tornaram enclaves do partido de oposição consentida, o MDB. Nesse sentido, competição a nível local parece *não ser um critério suficiente* para avaliar a existência ou não de democracia num país. As forças do governismo podem manter a competição restrita ao local, o que torna ainda mais

complexa a análise. Como fez Victor Nunes Leal, parece necessário acrescentar ao debate das instituições políticas democráticas os recursos do Estado e como estes são distribuídos e utilizados.

### **Referências bibliográficas**

AMADOR, Rodney da Silva. Candidatos e partidos nas eleições da Terceira República brasileira (1946-1964): o caso de São Paulo. Anais eletrônicos do Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2020. Disponível em: <https://www.abcp2020.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/posteremat?simposio=3>

BENEVIDES, Maria Vitctoria. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

CARVALHO, Orlando de. *Ensaio de Sociologia eleitoral*. Rio de Janeiro: Editora da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1956.

FRENCH, John D. *A ascensão de populismo adhemarista em São Paulo, 1946/1947*. São Paulo: IESP, 1987.

GOMES, Ângela de Castro.; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Estudios del ISHiR*, v. 8, n. 20, p. 53-74, 2018.

LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 1991.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMONGI, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. *Dados*, v. 55, p. 37-69, 2012.

\_\_\_\_\_. *Fazendo eleitores e eleições: mobilização política e democracia no Brasil Pós-Estado Novo*. *Dados*, v. 58, p. 371-400, 2015.

PORTO, Valter Costa. *O voto no Brasil: da Colônia à 6ª República*. Rio de Janeiro: Top Books, 2002.

REIS, Fábio Wanderley. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora. 1982.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.